

Classificação dos municípios das regiões metropolitanas, segundo níveis de urbanização^{*}

INÁ ELIAS DE CASTRO
MARIA DO SOCORRO ROCHA
MARINA SANT'ANNA

A concentração da população em quantidades crescentes nos centros urbanos brasileiros tem gerado o aparecimento de várias ordens de problema, em escala nunca antes conhecida. Dentre estes problemas destaca-se, pelo seu significado sócio-econômico, a impossibilidade da infra-estrutura do sistema previdenciário do INPS em acompanhar, satisfatoriamente, o aumento da massa em crescimento.

Em decorrência disso, numa tentativa de solucionar, a curto prazo, o problema, os recursos disponíveis foram alocados de maneira desordenada, gerando um padrão espacial de distribuição dos serviços previdenciários que nem sempre atende, de forma eficiente, às necessidades da população beneficiária. Diante disto, justifica-se, plenamente, a preocupação da administração do INPS em diagnosticar o desempenho dos serviços e benefícios prestados para poder desenvolver o processo de racionalização na atuação da autarquia.

Ao iniciar-se a elaboração do Plano de Localização de Unidades de Serviço (PLUS), no entanto, constatou-se ser necessário, numa primeira etapa do trabalho, dar-se prioridade às regiões metropolitanas, dado que estas áreas apresentam características especiais, onde a problemática do atendimento à população beneficiária do INPS exige soluções mais urgentes e em grande escala.

* Este trabalho é parte de um documento mais amplo visando a caracterização sócio-econômica das regiões metropolitanas legalmente estabelecidas no País. Esta contribuição ao Grupo de Trabalho do Plano de Localização de Unidades de Serviço do INPS (GT-PLUS) atendeu aos termos do Convênio SEPLAN/MPAS/INPS/IPEA/LBA, celebrado em 20-01-76 e publicado no DOC, n.º 22, de 02-02-76.

A primeira destas características vincula-se à importância do papel desempenhado por essas regiões na vida do País. Estas áreas, mais do que centros de grande atividade econômica, são centros de comando econômico-financeiro, de comando político, de controle social e de aceleração cultural a nível regional e, até mesmo, nacional.

A segunda é a presença nessas regiões de uma grande massa de beneficiários do INPS, uma vez que elas possuem cerca de 28 milhões de habitantes (1975) que representam, aproximadamente, 45% da população urbana do País.

A terceira corresponde ao acelerado aumento dos efetivos destes beneficiários, uma vez que aí ocorrem as maiores taxas de expansão do mercado de trabalho, seja no setor terciário ou secundário.

Desse modo, os problemas essenciais das regiões metropolitanas passam a ter repercussão nacional e exigem, portanto, políticas governamentais definidas, de forma precisa e imediata.

Cabe acrescentar, no entanto, que as regiões metropolitanas foram compreendidas não somente como um espaço geograficamente delimitado que foi institucionalizado mas também como um conjunto de unidades espaciais (municípios) que apresentam uma vida de relação, seja econômica ou social, bastante intensa, gerando, em decorrência, um padrão característico de organização do espaço. Em outras palavras, a região metropolitana é constituída não somente pela metrópole mas pelo conjunto de municípios que mantêm com ela intensas ligações de ordem econômica e social.

Para aperfeiçoar o sistema de distribuição de prestações de serviços do INPS, faz-se imprescindível conhecer-se primeiro a estrutura sócio-econômica da região onde o processo de racionalização do sistema deverá ocorrer, para que seja realmente possível local e aparelhar as unidades de serviços, de acordo com as necessidades específicas de cada região.

Em função disto e tendo em vista a prioridade dada às regiões metropolitanas, o objetivo deste estudo compreende o desenvolvimento de uma análise das características sócio-econômicas destas regiões prioritárias, tendo em vista a classificação dos municípios componentes segundo os seus níveis de urbanização.

1 — AS REGIÕES METROPOLITANAS

Podemos identificar no sistema espacial brasileiro um sistema urbano composto de 9 subsistemas, cada um comandado por uma metrópole. Este sistema funciona como um quadro de referência para alocação de recursos e para orientação do desenvolvimento urbano e regional. De maneira geral, assume-se que, aplicando investimentos maciços de capital, equipamentos e outros fatores nestes centros, o desenvolvimento se difundiria deles para todo o sistema espacial, especialmente por meio dos subsistemas urbanos inferiores, comandados por aqueles 9 centros.

Uma metrópole, por sua vez, pode ser definida como uma cidade em escala excepcionalmente grande, seja na população aglomerada seja na área continuamente urbanizada, ou mesmo na importância das regiões e cidades que estão sob seu comando econômico. Assim sendo, metrópole é, na realidade, uma cidade-região que, a partir de um núcleo principal e graças aos recursos da sociedade industrial, induziu a rápida urbanização das áreas vizinhas, envolvendo antigos núcleos, integrando-os em uma nova realidade sócio-econômica e tornando ultrapassadas as unidades político-administrativas que lhes correspondiam.

Desse modo, região metropolitana pode ser definida como um sistema espacial composto, de um lado, por uma metrópole de diferentes centros secundários e zona rural e, por outro, de um conjunto de eixos de comunicação unindo os centros secundários e as zonas rurais, tanto entre si como com a metrópole, através dos quais se consolida, progressivamente, o processo de integração que caracteriza funcionalmente estas áreas.

As 9 regiões metropolitanas brasileiras referem-se às seguintes metrópoles relacionadas por ordem decrescente de tamanho de população de suas áreas metropolitanas em 1975: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Belém.

Algumas observações quantitativas e qualitativas sobre as regiões metropolitanas brasileiras podem ser feitas:

- 1.^a As nove regiões metropolitanas contêm quase metade da população urbana brasileira e mais de um quarto da população total.
- 2.^a As duas maiores regiões metropolitanas (São Paulo e Rio de Janeiro) contêm mais da metade da população total das regiões metropolitanas e mais de um quarto da população urbana do País.
- 3.^a O desenvolvimento de projeções para 1980 e o ano 2000, a partir de 1970, revela que as nove regiões metropolitanas concentrarão em cerca de 10 anos um terço da população total e duplicarão em 30 anos a população que possuíam naquele ano.
- 4.^a A maioria das regiões metropolitanas situam-se no litoral, praticamente à beira-mar e as poucas mais afastadas distam menos de 100 km da costa, à exceção de Belo Horizonte distante 400 km do oceano Atlântico.

Os dados apresentados na tabela I corroboram a importância das regiões metropolitanas no Brasil. Analisando-se as taxas anuais de crescimento da população urbana das Regiões Metropolitanas como um todo, constata-se que está havendo uma diminuição do ritmo de crescimento geral, uma vez que todas elas tendem a apresentar, entre 1970-1980, taxas de crescimento inferiores àquelas observadas entre 1960-1970 (tab. II). Observa-se, no entanto, que este fato não é uma característica específica das regiões metropolitanas, pois a taxa anual de crescimento da população urbana do Brasil também diminuiu de uma década para outra, embora em menor escala.

Deve ser ressaltado, no entanto, que no período de 1960-1970 a taxa de crescimento anual da população urbana do Brasil é inferior à taxa de crescimento anual da população urbana das regiões metropolitanas no mesmo período, enquanto na década de 1970-1980 a situação tende a se inverter, pois a taxa deste crescimento no conjunto das regiões metropolitanas é inferior à do Brasil.

Este fato pode estar vinculado, por um lado, à efetiva diminuição do ritmo de crescimento da população urbana das regiões metropolitanas e por outro ao processo de incremento populacional dos centros de porte médio no Brasil, ocorrido mais intensamente a partir de 1970. Estes apresentaram em 10 anos, isto é, entre 1960-1970, um acréscimo populacional de 90% aproximadamente, enquanto que em apenas 5 anos, ou seja, 1970-1975, já apresentaram um acréscimo de cerca de 65%.

A análise da tabela II revela ainda que, embora todas as regiões metropolitanas tenham tido seu ritmo de crescimento reduzido, a posi-

REGIÕES METROPOLITANAS

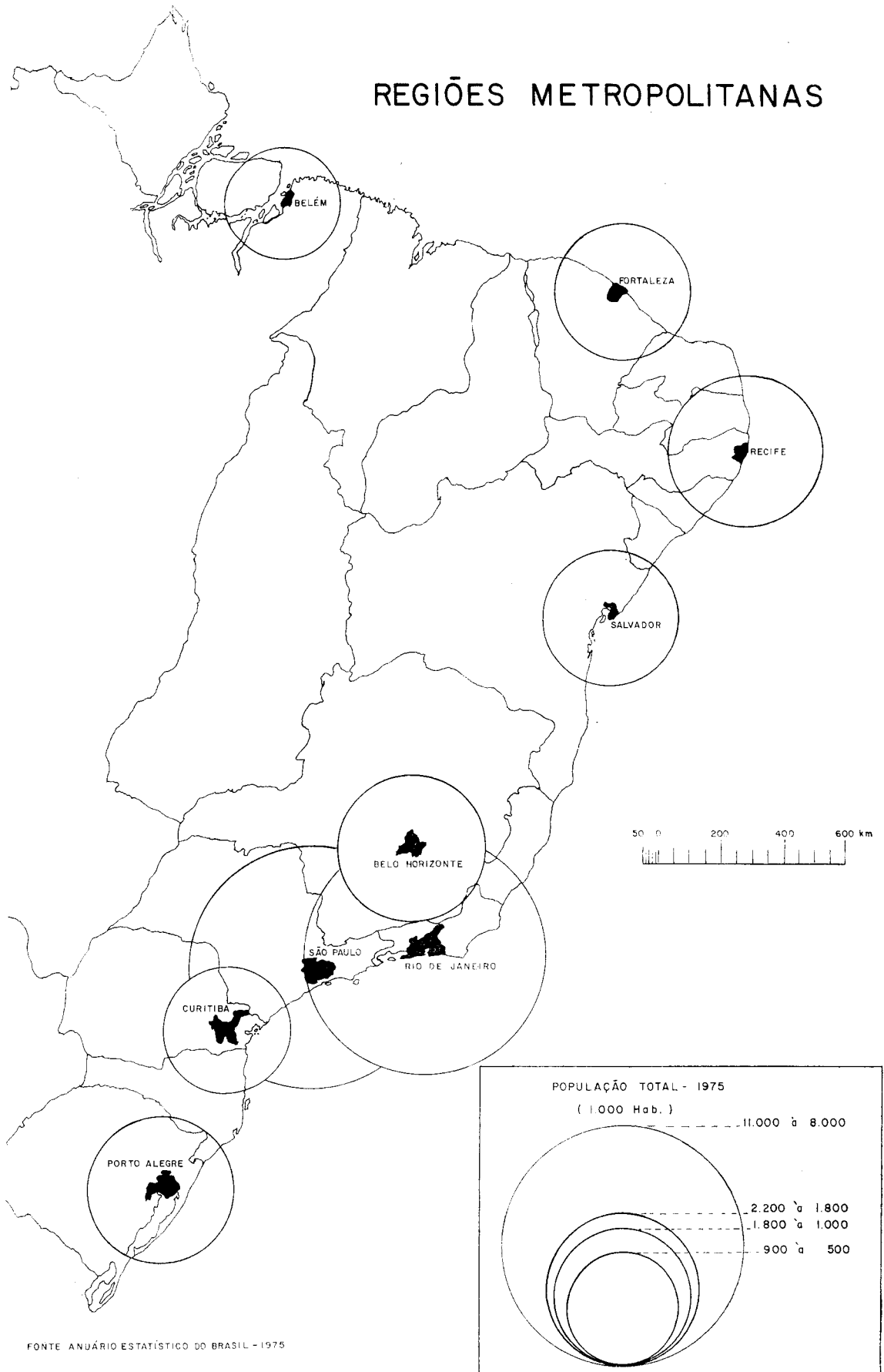


TABELA I
Regiões Metropolitanas
População

REGIÕES METROPOLITANAS	TOTAL 1975 (1.000 hab.)	% SOBRE O TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS	% SOBRE A POPULAÇÃO URBANA DO PAÍS	% SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL DO PAÍS
São Paulo	10 041			
Rio de Janeiro	8 329			
<i>1.º SUBTOTAL</i>	<i>18 370</i>	63,6	28,6	17,1
Recife	2 153			
Belo Horizonte	2 022			
Porto Alegre	1 836			
Salvador	1 401			
Fortaleza	1 317			
Curitiba	1 013			
Belém	800			
<i>2.º SUBTOTAL</i>	<i>10 542</i>	36,4	16,4	9,8
TOTAL	28 912	100,0	45,1	27,0
BRASIL URBANO	64 090			
BRASIL	107 145			

FONTE: INPS/GT-PLUS, Anuário Estatístico do Brasil, 1975.

TABELA II
Regiões Metropolitanas
Taxas anuais de crescimento da população urbana

REGIÕES METROPOLITANAS	CRESCIMENTO POPULACIONAL — % a.a	
	1960 - 1970	1970 - 1980
São Paulo	5,95	4,23
Rio de Janeiro	4,10	3,20
Belo Horizonte	6,79	4,47
Recife	4,48	3,69
Porto Alegre	5,15	3,64
Salvador	5,00	3,95
Fortaleza	5,82	4,44
Curitiba	5,68	4,40
Belém	4,86	3,97
Total	5,16	3,86
Brasil	4,99	4,14

FONTE: INPS/GT-PLUS.

ção relativa de cada uma, no que diz respeito ao ritmo de crescimento, não se alterou substancialmente entre as duas décadas.

Considerando os dados apresentados na tabela III sobre as condições sociais das regiões metropolitanas, constata-se inicialmente que estas regiões, tomadas em conjunto, apresentam em todos os indicadores adotados uma situação superior àquela observada para o Brasil. Este fato vem corroborar as afirmações feitas anteriormente neste texto de que a regiões metropolitanas são focos de comando do processo de desenvolvimento do País. Em função disto, não é de surpreender a

TABELA III
Regiões Metropolitanas
Indicadores sociais

REGIÕES METROPOLITANAS	FILHOS/MULHERES 15/49 ANOS	% POPULAÇÃO URBANA ATÉ 2,5 SALÁRIOS MÍNIMOS	% DOMICÍLIOS RÚSTICOS	% DOMICÍLIOS SERVIDOS REDE GERAL DE ÁGUA	% DOMICÍLIOS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PRECÁRIAS	% FILHOS VIVOS/FILHOS NASCIDOS VIVOS
São Paulo	2,43	69,85	7,0	58,9	41,9	82,4
Rio de Janeiro	2,44	79,9	10,7	69,2	38,0	80,5
Belo Horizonte	2,85	80,63	8,9	46,2	57,7	80,4
Recife	3,27	80,50	29,4	40,3	70,5	75,2
Porto Alegre	2,31	77,72	10,5	63,2	49,2	85,7
Salvador	2,84	77,86	25,6	48,4	90,0	75,7
Fortaleza	3,37	85,01	32,4	12,0	78,1	70,9
Curitiba	2,63	76,95	10,4	37,9	57,5	83,0
Belém	2,76	81,10	30,3	54,0	72,7	80,4
TOTAL	2,59	73,79	14,4	57,5	48,7	80,1
BRASIL	3,10	79,85	26,2	32,8	73,4	79,9

FONTE: IBGE, Censo Demográfico — 1970.

superioridade de sua situação em relação às outras áreas do território nacional, apesar de, paradoxalmente, esta mesma superioridade acarretar inúmeros problemas de ordem predominantemente social. Esta superioridade exerce um poder de atração nas massas mais propensas ao deslocamento, que afluem continuamente para essas regiões, contribuindo substancialmente para aumentar o seu porte e seu dinamismo, mas também sobrecarregando os equipamentos físicos e sociais que não conseguem acompanhar este crescimento populacional.

Observa-se, no entanto, analisando os valores dos indicadores para cada região metropolitana, que as regiões localizadas no Nordeste brasileiro apresentam níveis inferiores não só aos das outras regiões metropolitanas como aos do Brasil. Deve-se isto, possivelmente, ao fato destas regiões refletirem as condições sócio-econômicas desfavoráveis tanto no que diz respeito às condições de vida como aos equipamentos urbanos que predominam naquela macrorregião. Em outras palavras, o "porte" econômico não tem correspondido ao tamanho e ao ritmo de crescimento populacional, gerando uma constante defasagem entre os equipamentos urbanos físicos e sociais e a sua clientela nessas regiões nordestinas.

Por outro lado, constata-se ainda da análise da tabela III que a região metropolitana de Belo Horizonte ocupa em quase todos os indicadores uma posição relativa inferior ao esperado, o que é de estranhar, uma vez que ela está localizada na macrorregião mais desenvolvida do País, ou seja, o Sudeste. Deve-se isto, provavelmente, ao fato dessa região vir apresentando, a partir de 1960, taxas anuais de crescimento populacional muito elevada (tab. II), fazendo com que a melhoria das condições de vida e o crescimento do equipamento urbano não consigam acompanhar essas taxas de maneira proporcional.

Analisando separadamente cada um dos indicadores selecionados (tab. III), observa-se, no que diz respeito à fecundidade, isto é, número de filhos por grupo de mulheres em idade fértil, que a variação das taxas entre as regiões obedece a um comportamento universal, ou seja, as regiões metropolitanas localizadas nas macrorregiões de menor desenvolvimento apresentam taxas mais elevadas do que as localizadas naquelas de maior desenvolvimento. As duas únicas regiões que fogem a este esquema são as de Belo Horizonte e Curitiba, uma vez que ambas apresentam taxas relativamente elevadas, considerando-se que estão localizadas nas macrorregiões de maior desenvolvimento.

No caso da primeira, este fato pode ser explicado em função da intensa e recente metropolização, o que tem atraído grandes contingentes migratórios, cuja estrutura etária caracteriza-se pela predominância de pessoas em idade fértil, contribuindo, assim, para maior incremento da taxa de fecundidade. No caso da segunda, a fecundidade mais elevada decorre, possivelmente, do fato da maior parte dos municípios componentes dessa região possuírem um elevado percentual de população rural.

Quanto ao percentual de população ativa urbana que recebe até 2,5 salários-mínimos, observa-se que as duas regiões metropolitanas que apresentam os menores percentuais, isto é, Rio de Janeiro e São Paulo, são aquelas que possuem maior dinamismo econômico, podendo portanto oferecer um mercado de trabalho superior, tanto quantitativa como qualitativamente.

Algumas regiões metropolitanas, no entanto, apresentam posição relativa que nem sempre corresponde à esperada. No caso de Salvador, a sua posição acima das regiões de Belo Horizonte e Porto Alegre está, provavelmente, associada à produção industrial na região, ligada a exploração e beneficiamento do petróleo, o que tem provocado uma ele-

vação do nível salarial. Por outro lado, a posição relativamente inferior à esperada na região de Belo Horizonte se explica, possivelmente, pela recente expansão dos efeitos desenvolvimentistas a partir da metrópole, fazendo com que alguns municípios ainda não tenham sido atingidos pelos benefícios deste processo de desenvolvimento, diluindo-se, desse modo, o valor mais alto da metrópole pela área periférica de baixo "status" sócio-econômico.

Os indicadores referentes ao "Percentual de Domicílios Rústicos" e ao "Percentual de Domicílio com Instalações Sanitárias Precárias" revelam que as regiões metropolitanas do centro-sul do País apresentam situação sensivelmente superior às do Norte e Nordeste, em função de sua localização em áreas mais desenvolvidas.

Quanto ao "Percentual de Domicílios Servidos por Rede Geral de Água", a situação é, de maneira geral, semelhante. As regiões precariamente servidas são as localizadas no Norte e Nordeste, enquanto que as melhores equipadas encontram-se no Sul e Sudeste, com exceção de Curitiba e Belo Horizonte. A posição da primeira, por sua vez, pode ser explicada em decorrência dessa região metropolitana apresentar o maior percentual de "habitat" rural, não possuindo, portanto, esse tipo de equipamento muito desenvolvido. Quanto a Belo Horizonte, o baixo percentual de domicílios servidos por rede geral de água decorre, provavelmente, da incapacidade do processo de expansão deste tipo de equipamento em acompanhar o rápido crescimento populacional observado na região.

Finalmente, no que diz respeito à taxa de sobreviventes, medida pelo percentual de filhos vivos em relação aos nascidos vivos, a análise da tabela III revela, ainda, que as regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste se destacam das demais, apresentando percentuais razoavelmente superiores, em função das melhores condições de vida que usufruem seus habitantes.

Em suma, os indicadores sociais adotados revelaram nitidamente a existência de uma disparidade entre as regiões metropolitanas da metade Norte e Sul do território nacional, disparidade esta que representa o reflexo do acentuado desequilíbrio sócio-econômico regional existente no País. Este fato evidencia, ainda, que a condição de região metropolitana não tem conseguido anular as características predominantes das áreas, apesar de, em relação às mesmas, se apresentarem sempre melhores.

Por outro lado, constata-se, ainda, que esta disparidade nem sempre se apresenta espacialmente bem definida, isto é, certas regiões metropolitanas de macrorregiões mais desenvolvidas apresentam, algumas vezes, índices sociais com valores baixos, enquanto que algumas regiões metropolitanas de macrorregiões menos desenvolvidas apresentam esses valores mais altos. Deve-se isto, provavelmente, à complexidade de fatores que atuam no organismo de uma região metropolitana, gerando assim combinações complexas e resultados algumas vezes inesperados.

2 — CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O NÍVEL DE URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização apresenta dois componentes: um *quantitativo* e outro *qualitativo*. Em função disto, a avaliação do nível de urbanização de uma usidade espacial só deve ser realizada considerando estes dois aspectos. Esta avaliação, no caso do presente trabalho, torna-se mais importante quando se leva em consideração que a massa previ-

denciária é constituída de população eminentemente urbana. Assim sendo, faz-se necessário conhecer o nível de urbanização, seja no aspecto qualitativo seja no quantitativo, de cada um dos 117 municípios componentes das nove regiões metropolitanas do País.

A avaliação do nível de urbanização dos municípios das regiões metropolitanas brasileiras foi realizada através das onze variáveis classificadoras, relacionadas à população ou a alguns aspectos do equipamento urbano existente em cada município. Para se obter uma visão mais nítida de cada um dos dois aspectos componentes do processo de urbanização, dividiram-se as variáveis em dois grupos, compreendendo o primeiro aquelas que refletem mais a evolução quantitativa do processo e o segundo a sua evolução qualitativa. Dessa forma, o primeiro grupo compreende as seguintes variáveis: população total; população urbana (%), crescimento da população urbana 1970-1975 (%); população urbana ocupada nos setores secundário e terciário (%); população entre 0 e 14 anos (%); e o segundo: população urbana economicamente ativa até 2,5 salários-mínimos (%); número de filhos tidos por mulheres entre 15 e 49 anos; número de filhos nascidos vivos; domicílios rústicos (%); domicílios servidos por rede geral de água (%); domicílios com instalação sanitária precária (%).

Os municípios foram ordenados em cada variável, sendo considerado o primeiro aquele que apresentasse a melhor situação. Assim sendo, na classificação dos municípios, em cada conjunto de variáveis, o de melhor posicionamento seria aquele cujo somatório dos valores de sua colocação em cada variável fosse o menor. Para simplificar a análise final dos resultados, optou-se pela divisão das duas distribuições dos valores obtidos pelos municípios em cinco níveis. Desse modo, cada município pode ser posicionado, do primeiro ao quinto nível, em cada conjunto de variáveis, o que possibilitou avaliar a distância, maior ou menor entre o aspecto qualitativo e quantitativo do processo de urbanização dos municípios. Assim, cada um dos 117 municípios das regiões metropolitanas apresentou uma combinação de dois valores que representavam a sua colocação no primeiro e no segundo conjunto de variáveis. Fortaleza, por exemplo, apresentou uma combinação 1-4, o que significa que no primeiro conjunto de variáveis ela está no primeiro nível e, no segundo, no quarto nível, o que revela que quantitativamente o seu processo de urbanização pode ser considerado significativo, mas, qualitativamente, ainda se apresenta insatisfatório.

Obtidas as combinações da posição de cada município, agregaram-se as mesmas em seis grupos, correspondendo cada um a situações diversas do processo de urbanização.

O grupo I é compreendido pelos municípios que apresentam as combinações 1-1 e 1-2. Essas combinações significam que o desenvolvimento quantitativo do processo de urbanização está sendo acompanhado pelo desenvolvimento qualitativo. Os municípios que apresentam tais combinações possuem centros urbanos mais dinâmicos, tanto em relação ao porte ou ao crescimento da sua população urbana como também em relação as suas atividades econômicas. Ao mesmo tempo, possuem, em termos relativos, melhor nível de vida, dado que a renda e os equipamentos urbanos encontram-se mais bem distribuídos.

Dos 21 municípios componentes desse grupo, 20 localizam-se nas Regiões Sudeste e Sul e apenas um — Salvador — na Região Nordeste. Por outro lado, fazem parte desse grupo os municípios-sedes das regiões metropolitanas, com exceção apenas de Belém, Fortaleza e Recife. Os demais municípios são, de uma maneira geral, aqueles mais importantes da periferia imediata do núcleo das regiões metropolitanas localizadas nas regiões Sudeste e Sul.

O grupo II é compreendido pelos municípios que apresentam as combinações 1-3, 1-4 e 1-5. Essas combinações revelam que os municípios possuem centros urbanos dinâmicos, à semelhança do que ocorre no primeiro grupo, embora o desenvolvimento qualitativo do processo de urbanização não tenha sido proporcional a este dinamismo. O desenvolvimento do equipamento urbano básico e a distribuição da renda não têm acompanhado, satisfatoriamente, a expansão dos núcleos urbanos.

Dos municípios componentes deste grupo, dois são sede — as regiões metropolitanas de Fortaleza e Recife. A presença desses municípios, com funções econômico-administrativas importantes, numa macrorregião de fraco desenvolvimento sócio-econômico reforça o seu poder de atração, uma vez que eles representam uma das poucas alternativas na região para a população predisposta a migrar. Em função disso, esses municípios apresentam ritmo de expansão demográfica superior ao dinamismo de suas atividades econômicas, o que dificulta a melhoria proporcional da qualidade de vida de seus habitantes.

Os outros municípios, de maneira geral, localizam-se nos principais setores de expansão do espaço urbano dos núcleos das regiões metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, o que tem favorecido um crescimento muito rápido, nem sempre acompanhado pela expansão proporcional dos equipamentos urbanos.

Em síntese, essas combinações demonstram que algumas vezes é difícil conciliar gigantismo com qualidade de vida.

O grupo III compreende os municípios que apresentaram as combinações 2-1, 2-2, 3-1 e 3-2. Esses tipos de combinações demonstram que os municípios possuem centros urbanos de médio porte, onde o processo de urbanização, sob o ponto de vista quantitativo, está sendo, por enquanto, acompanhado pelo desenvolvimento qualitativo.

Dos 15 municípios componentes deste grupo apenas Belém é sede de região metropolitana. Suas funções administrativas e comerciais do passado, acrescidas de funções industriais do presente, permitiram uma expansão satisfatória do seu equipamento urbano.

Os demais municípios localizam-se nas regiões metropolitanas do Sudeste e do Sul e possuem centros urbanos onde, de maneira geral, predominam as atividades industriais. A presença dessas atividades, aliadas ao porte da população desses centros, tem gerado condições para que a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes acompanhe satisfatoriamente o seu processo de expansão urbana.

O grupo IV é composto pelos municípios que apresentam as combinações 2-3, 2-4, 2-5, 3-3, 3-4, e 3-5. Os municípios que apresentam tais combinações possuem centros urbanos cujas atividades produtivas não têm sido capaz de gerar recursos que possibilitassem uma elevação do padrão de vida de seus habitantes. Em outras palavras, o desenvolvimento quantitativo do processo de urbanização nesses municípios, ainda que regular, não foi acompanhado proporcionalmente pelo desenvolvimento qualitativo.

Os 25 municípios componentes deste grupo estão distribuídos por todas as regiões metropolitanas, com exceção apenas das Regiões de Belém e Fortaleza.

O grupo V é constituído pelos municípios que apresentam combinações 4-1, 4-2, 5-1 e 5-2. Essas combinações evidenciam que os municípios possuem centros urbanos de pequeno porte, onde o equipamento básico se expandiu, guardando as devidas proporções, de maneira satis-

fatória. Em outras palavras, o desenvolvimento quantitativo do processo de urbanização é fraco, porém tem sido acompanhado convenientemente pelo desenvolvimento qualitativo.

Dos municípios deste grupo, apenas um localiza-se na Região Nordeste, enquanto os outros seis encontram-se na Região Sudeste.

O grupo VI é composto dos municípios que apresentam as combinações 4-3, 4-4, 4-5, 5-3, 5-4 e 5-5. Essas combinações evidenciam que os centros urbanos dos municípios componentes são de pequeno porte e o padrão de vida de seus habitantes é baixo. Em suma, tanto o desenvolvimento quantitativo como o qualitativo do processo de urbanização desses municípios possuem um ritmo bastante lento.

Dentre os seis grupos apresentados este é o que possui o maior número de municípios, representando cerca de 34% do total dos municípios das regiões metropolitanas.

As regiões de Belém com 50%, Fortaleza com 80%, Recife com 45%, Salvador com 50%, Belo Horizonte com 36% e Curitiba com 79% são as que apresentam o maior percentual de municípios com este tipo de combinação. Esses municípios são aqueles que, de maneira geral, possuem atividades produtivas vinculadas ao meio rural, e que não têm sido capazes de gerar recursos suficientes para incrementar um maior desenvolvimento urbano, tanto quantitativo como qualitativo.

Nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo o número de municípios com este tipo de combinação é bastante reduzido, tendo em vista que as atividades produtivas dessas regiões são capazes de impulsionar o processo de desenvolvimento urbano qualitativo e quantitativo. Por outro lado, a região metropolitana de Porto Alegre não possui nenhum município com este tipo de comunicação.

Classificação dos Municípios das Regiões Metropolitanas segundo o processo de urbanização (continua)

MUNICÍPIOS	COMBINAÇÕES					
	1.º Grupo	2.º Grupo	3.º Grupo	4.º Grupo	5.º Grupo	6.º Grupo
Belém			2-1			5-3
Ananindeua						5-3
Fortaleza		1-4				
Aquirás						5-5
Caucaia						5-5
Maranguape						5-5
Paratuba						5-5
Olinda		1-3				
Recife		1-4				
Jaboatão				2-5		
Paulista				2-5		
São Lourenço da Mata				3-5		
Cabo						4-5
Igarapé						4-5
Itamaracá						5-5
Moreno						5-5
Salvador	1-2					
Camaçari				3-4		
Candeias				3-4		
São Francisco do Conde					5-2	
Simões Filho						4-5
Itaparica						5-4
Lauro de Freitas						5-5
Vera Cruz						5-5

(continua)

MUNICÍPIOS	COMBINAÇÕES					
	1.º Grupo	2.º Grupo	3.º Grupo	4.º Grupo	5.º Grupo	6.º Grupo
Belo Horizonte	1-1					
Contagem		1-3				
Nova Lima			3-2			
Sabará			3-2			
Betim				3-4		
Santa Luzia				3-4		
Caeté					4-2	
Pedro Leopoldo					4-2	
Rio Acima					5-1	
Raposos						4-5
Vespasiano						5-3
Lagoa Santa						5-4
Ribeirão das Neves						5-4
Ibirité						5-5
Rio de Janeiro	1-1					
Nilópolis	1-1					
Niterói	1-1					
São Gonçalo	1-1					
Nova Iguaçu	1-2					
São João de Meriti	1-2					
Duque de Caxias		1-3				
Petrópolis			2-1			
Majé				2-3		
Paracambi				2-4		
Itaguaí				3-3		
Mangaratiba					5-2	
Maricá						4-4
Itaboraí						5-3
São Paulo	1-1					
Guarulhos	1-1					
Osasco	1-1					
Santo André	1-1					
São Bernardo do Campo	1-1					
São Caetano do Sul	1-1					
Diadema	1-2					
Mauá	1-2					
Carapicuíba		1-3				
Taboão da Serra		1-3				
Caieiras			2-1			
Franco da Rocha			2-1			
Moji das Cruzes			2-1			
Poá			2-1			
Ribeirão Pires			2-1			
Susano			2-2			
Cotia				2-3		
Ferraz de Vasconcelos				2-3		
Barueri				2-4		
Itapevi				2-4		
Francisco Morato				2-5		
Jandira				3-3		
Itapeceira da Serra				3-4		
Itaquaquecetuba				3-4		
Rio Grande da Serra				3-4		
Mairiporã					4-2	
Santa Isabel					4-2	
Cajamar					5-2	
Imbu						4-3
Imbu-Guaçu						4-3
Arujá						4-1
Britiba-Mirim						4-4
Salesópolis						4-4
Pirapora do Bom Jesus						4-5
Santana do Parnaíba						5-3
Guararema						5-5
Juquitiba						5-5
Curitiba	1-1					
Piraquara				2-3		
São José dos Pinhais			3-2			
Araucária						4-3
Campo Largo						4-3
Almirante Tamandaré						4-5
Contenda						5-3
Balsa Nova						5-4
Bocaiúva do Sul						5-4
Colombo						5-4
Mandrituba						5-4
Campina Grande do Sul						5-5
Quatro Barras						5-5
Rio Branco do Sul						5-5

GRUPO III --- COMBINAÇÕES	2 -- 1
	2 -- 2
	3 -- 1
	3 -- 2

Belém	(2-1)
Sabará	(3-2)
Moji	(2-1)
Poá	(2-1)
Ribeirão Pires	(2-1)
Cachoeirinha	(2-2)
Estância Velha	(3-2)
Esteio	(2-1)
Gravataí	(2-2)
Guaíba	(2-2)
Nova Lima	(3-2)
Petrópolis	(2-1)
Caiciras	(2-1)
Franco da Rocha	(2-1)
São José dos Pinhais	(3-2)

GRUPO IV --- COMBINAÇÕES	2 -- 3
	2 -- 4
	2 -- 5
	3 -- 3
	3 -- 4
	3 -- 5

Jaboatão	(2-5)
Paulista	(2-5)
São Lourenço da Mata	(3-5)
Camaçari	(3-4)
Candeias	(3-4)
Betim	(3-4)
Santa Lúcia	(3-4)
Itaguaí	(3-3)
Majé	(2-3)
Paracambi	(2-4)
Barueri	(2-4)
Cotia	(2-3)
Ferraz de Vasconcelos	(2-3)
Francisco Morato	(2-5)
Itapeirica da Serra	(3-4)
Itapevi	(2-4)
Itaquaquecetuba	(3-4)
Jandira	(3-3)
Rio Grande da Serra	(3-5)
Piraquara	(2-3)
Alvorada	(2-4)
Campo Bom	(2-3)
Sapiranga	(3-3)
Viamão	(3-3)

GRUPO V — COMBINAÇÕES	4 — 1	5 — 1
	4 — 2	5 — 2
São Francisco do Conde	(5-2)	
Caeté	(4-2)	
Pedro Leopoldo	(4-2)	
Rio Acima	(5-1)	
Mangaratiba	(5-2)	
Cajamar	(5-2)	
Mairiporã	(4-2)	
Santa Isabel	(4-2)	

GRUPO VI — COMBINAÇÕES	4 — 3	5 — 3
	4 — 4	5 — 4
	4 — 5	5 — 5

Ananindeua	(5-3)
Aquirás	(5-5)
Caucaia	(5-5)
Maranguape	(5-5)
Pacatuba	(5-5)
Cabo	(4-5)
Igarauçu	(4-5)
Itamaracá	(5-5)
Moreno	(5-5)
Itaparica	(5-4)
Lauro de Freitas	(5-5)
Simões Filho	(4-5)
Vera Cruz	(5-5)
Ibirité	(5-5)
Lagoa Santa	(5-4)
Raposos	(4-5)
Ribeirão das Neves	(5-4)
Vespasiano	(5-3)
Itaboraí	(5-3)
Maricá	(4-4)
Arujá	(4-4)
Biritiba-Mirim	(4-4)
Imbu	(4-3)
Imbu-Guaçu	(4-3)
Guararema	(5-5)
Jiquitiba	(5-5)
Pirapora do Bom Jesus	(4-5)
Salesópolis	(4-4)
Santana do Parnaíba	(4-4)
Almirante Tamandaré	(4-5)
Araucária	(4-3)
Balsa Nova	(5-4)
Bocaiúva do Sul	(5-4)
Campo Grande do Sul	(5-5)
Campo Largo	(4-3)
Colombo	(5-4)
Contenda	(5-3)
Mandirituba	(5-4)
Quatro Barras	(5-5)
Rio Branco do Sul	(5-5)

SUMMARY

The first step in the improvement of the distribution system of INPS's services in a certain region is to analyze the socioeconomic structure of that region. As the body of beneficiaries of urban population, it is important to consider the quantitative and qualitative aspects of the urbanization process and to determine the urbanization level of each "municipio".

In view of the priority given to the Country's Metropolitan Regions, the socioeconomic characteristics of those Regions have been analyzed and the component "municipios" have been classified according to eleven variables related to population or to some aspects of the actual urban equipment.

With the purpose of obtaining a clearer view of the two aspects of the urbanization process, the eleven variables have been divided into two groups: the first showing the quantitative evolution and the second the qualitative evolution of the process. The "municipios" have been ranged in each variable according to their situation and, to simplify the final analysis of the results, five levels have been established for each group of variables, allowing the evaluation of the difference between the qualitative and the quantitative aspects of the urbanization process. Fortaleza, for example, has presented the combination 1-4: first position in the first group and fourth position in the second group of variables. Therefore, its urbanization process has proved quantitatively significant but qualitatively unsatisfactory.

Finally, all the combinations have been distributed into six groups, each group corresponding to a different degree of the urbanization process.

RÉSUMÉ

Pour perfectionner le système de services de l'INPS dans une certaine région, il faut connaître d'abord la structure socio-économique de cette région. Puisque la masse bénéficiaire est composée d'une population surtout urbaine, il importe de déterminer le niveau d'urbanisation de chaque municipalité en considérant les deux aspects du procès d'urbanisation: quantitatif et qualitatif.

Attendu que les Régions Métropolitaines du pays sont regardées comme prioritaires, on a développé dans étude une analyse des caractéristiques socio-économiques de ces Régions, en classifiant les municipalités selon le niveau d'urbanisation et ou moyen de onze variables concernant la population ou quelques aspects de l'équipement urbain actuel.

Pour obtenir une notion plus nette des deux aspects du procès d'urbanisation, on a agrégé les variables en deux groupes: le premier reflétant l'évolution quantitative le deuxième l'évolution qualitative du procès. Dans chaque variable, on a disposé les municipalités selon leur situation et, dans chaque groupe de variables, on a établi cinq niveaux pour simplifier l'analyse finale des résultats, ce qui a permis de classier les municipalités du premier au cinquième niveau et d'évaluer la différence entre l'aspect quantitatif et l'aspect qualitatif du procès d'urbanisation. Fortaleza, par exemple, a présenté la combinaison 1-4: première position le premier ensemble de variables et quatrième position dans le deuxième ensemble, c'est à dire un procès d'urbanisation quantitativement significatif mais qualitativement insatisfaisant.

Finalement, à partir des combinaisons obtenues, on a déterminé six groupes, chacun de ces groupes correspondant à un certain degré du procès d'urbanisation.